

A Constituinte

O mandato é assunto de Sarney e Ulysses

Há uma articulação para que eles definam o assunto e acalmem os "inquietos" do PMDB, que ameaçam precipitar o assunto de forma desastrada.

Se dependesse dos conselhos do ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, o presidente Sarney deveria procurar imediatamente o deputado Ulysses Guimarães para discutir francamente a duração de seu mandato. Com isso, pelo menos três problemas ficariam mais perto de uma solução: Sarney exporia as razões da necessidade de uma definição; os peemedebistas mais afoitos pensariam duas vezes antes de comandar qualquer manifestação a favor das diretas ainda este ano; e Sarney e Ulysses calariam os que insistem em divulgar intrigas entre ambos.

Caso essa conversa não seja aranjada rapidamente, o atual clima de efervescência precipitaria uma solução — e ela poderia não ser politicamente adequada, conforme alertou ontem um deputado do PMDB, reproduzindo uma longa conversa que varou a madrugada de quarta-feira, na casa do ministro Archer. O parlamentar, que tem trânsito livre junto a Ulysses, relatou que há uma grande preocupação diante do atual quadro econômico e da inquietação dentro do PMDB. "Há risco de uma precipitação", ponderou ele.

Para agravar a situação, há o fato de os senadores e deputados retornarem a Brasília, na próxima semana, influenciados pelos protestos e cobranças populares por ocasião da posse dos novos governadores. "Se isso acontecer mesmo, os peemedebistas poderão até voltar com uma manifestação pronta em favor das diretas-já em novembro", previu o mesmo informante. "E como a estrada para isso está aberta, não haverá quem controle a manifestação."

O próprio Ulysses está preocupado com a questão. Tanto que vem discutindo sobre isso com parlamentares do PMDB mais próximos. Mas queixa-se da atitude de Sarney, que não procura o partido para conversar. Como Ulysses é o único canal para essa comunicação, mas não é utilizado, prevê-se que Sarney poderá perder o controle do PMDB.

Ulysses não esconde que, pessoalmente, é a favor de um mandato de quatro anos. Mas está disposto a ceder às ponderações que o convenciam a dilatar esse prazo. Tudo depende de conversar. Seguindo um dos presentes à casa de Archer, a situação poderia ser contornada se o PMDB manifestasse publicamente seu apoio ao governo, definindo de uma vez por todas o mandato do presidente. Isso seria formalizado num compromisso com o PMDB, que seria posteriormente votado na Constituinte.

Preocupações

A discussão foi longa. O que deu início a ela foi a preocupação de todos os presentes com o comportamento dos setores das Forças Armadas, que coincidiu com o lançamento do livro do coronel Brilhante Ustra, defendendo-se das acusações de torturador, e culminou com as declarações do ex-chefe do SNI, general Octávio Medeiros, de que Sarney não estaria comandando o governo com pulso firme.

As soluções apresentadas para os problemas foram várias — e todas seguindo uma linha comum: fortalecer a posição de Sarney. Para isso, dizem os peemedebistas, contribuiria a efetivação de uma reforma ministerial que equilibrasse a correlação de forças políticas. E um dos presentes opinou que Sarney não poderá conseguir esse tipo de reforma se não afastar os ministros Marco Maciel e Antônio Carlos Magalhães que, segundo ele, pouco representam hoje nessa balança política.

A duração do mandato, contudo, voltava sempre a ser o ponto central da conversa. Um assunto que mereceu também algumas ponderações, ontem, do presidente do Conselho Federal da OAB, Hermann Baeta. Ele defende a tese de quatro anos e considera que a experiência constitucional brasileira leva à conclusão de que esse período é o ideal: "Não leva o titular do cargo à exaustão e propicia ao povo escolher em período mais breve o sucessor, caso o presidente não corresponda às expectativas". Pelo mesmo motivo, Baeta é contra a reeleição: "Essa possibilidade poderia levar o presidente a transgredir de diversas formas visando divididos políticos para a permanência no cargo".

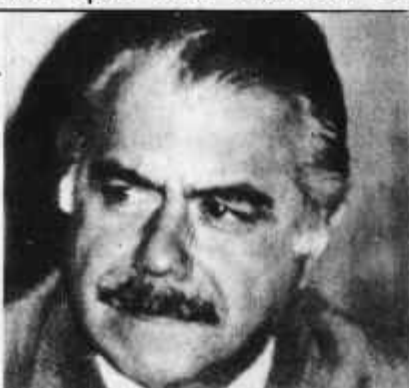
Sem riscos

Para desfazer qualquer temor sobre o risco de uma radicalização militar, o líder do PFL, deputado José Lourenço, foi ontem a Sarney para ouvir dele próprio esclarecimentos sobre a ocupação das refinarias e portos por tropas do Exército. E Sarney explicou que deu apoio irrestrito às medidas de ocupação para garantir a produção de combustíveis. "A ocupação foi efetuada em completa obediência às ordens do Palácio do Planalto", garantiu Lourenço.

O episódio, na opinião de Lourenço, foi oportuno: "Serviu para reforçar a tese de que as Forças Armadas não podem ter seus poderes reduzidos pela futura Constituinte, sob pena de o governo não ter instrumentos para atuar em caso de necessidade de preservar setores estratégicos à segurança nacional".

Lourenço disse ainda ter encontrado o presidente "sereno e determinado", depois de mostrar à Nação que possui "Urutus e Cascaéis prontos para agir em caso de necessidade". Nos gabinetes militares do Planalto, as declarações foram as mesmas: Sarney deu a ordem de ocupação das refinarias — e mais, baseou-se em dados colhidos pelo SNI sobre a articulação dos sindicatos que, entre outras coisas, estariam preparando operações de permanência em algumas refinarias estratégicas.

Além disso, com a mobilização



Sarney: retraído.



Ulysses com a Mesa da Câmara: articulações.



Medeiros: recuando.

Aliança: o teste foi bom.

Flamarion Mossri

A Aliança Democrática saiu-se bem na preleminar. O PMDB e o PFL, apesar das escaramuças, votaram unidos na aprovação do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. Os dois partidos governistas deram a sustentação necessária para ajustar as normas regimentais às pretensões do Palácio do Planalto. Contaram, ainda, com o apoio do PDS, do PTB, do PCB, do PL e do PDC.

Os xiltes do PMDB foram absorvidos pelas lideranças formais, após os devidos contatos palacianos. Os partidos ideológicos sentiram, ao vivo, que não foi desta vez que as esquerdas peemedebistas iriam agir de forma coerente com o que dizem e com o que pregaram na campanha eleitoral. Razões de Estado superaram as razões ideológicas.

A unidade governista, entretanto, está longe de ser consolidada. O teste foi pequeno para avaliar a atuação do PMDB, do PFL e do PTB (integrante ainda informal da Aliança Democrática). A partir do início de abril, quando as comissões e subcomissões da Assembleia Constituinte começarem a trabalhar, será possível registrar o comportamento de cada grupo do PMDB.

A previsão é de que o grupo moderado — seria o majoritário — acabará atuando, nas comissões e no plenário, mais afinado com o PFL, com o PDS, com o PTB, com o PL e com o PDC, do que com as esquerdas do PMDB.

As comissões da Constituinte só

serão organizadas depois da organização da Mesa Diretora — isto é, em seguida à escolha dos companheiros de Ulysses Guimarães na direção dos trabalhos. No debate de questões sócio-econômicas, por exemplo, é difícil esperar um comportamento coeso de todo o PMDB — 304 constituintes. O partido continua uma "frente", o que se acentua ainda mais com a grande renovação provocada pelas urnas em 15 de novembro do ano passado.

O insuspeito vice-líder do PT, José Genoíno, tem dito que prefere muito mais enfrentar o moderado Roberto Cardoso Alves, sob a alegação de conhecer o que está combatendo, do que discutir com esquerdistas do PMDB. "A esquerda do PMDB dança mais do que o Bolshoi de Moscou" — disse Genoíno.

A observação do PT é procedente. O PMDB, como partido do governo e no governo, ainda enfrenta dificuldades para conciliar o seu discurso de campanha eleitoral com sua condição de partido situacionista. Muitos constituintes do PMDB ainda não conseguiram tirar a camisa da campanha. Continuam no palanque, com os mesmos chapéus dos bons tempos de oposição.

No episódio do regimento interno da Constituinte, o que foi discutido e proposto não teve nada a ver com o que o PMDB decidiu.

Os xiltes

Na segunda quinzena de janeiro, as correntes esquerdistas do

PMDB, com a benevolência de Ulysses Guimarães e a omissão dos moderados, ganharam espaços com a proposta da soberania da Assembleia Constituinte. Surgiu até o grupo pró-soberania, logo chamado pela imprensa de grupo xilte.

Havia, entre seus integrantes, duas preocupações básicas: o mandato longo de Sarney e o "entulho autoritário" da atual Carta Constitucional. Os xiltes — de saudosa memória — pretendiam, mediante medidas regimentais, abrir caminho à redução do mandato do presidente da República, e remover do texto da Constituição as salvaguardas do Estado — medidas de emergência, principalmente. Pretendiam também assegurar de forma plena as imunidades parlamentares e a inviolabilidade do mandato — sem contar a revogação da Lei de Greve, da Lei de Segurança e outras parecidas.

O Grupo pró-soberania queria agir com pressa, elaborando nova Constituição e, ao mesmo tempo, mudando a atual, sem deixar de eliminar leis ordinárias que consideravam arbitrarias.

Não custa lembrar que após a eleição de Tancredo e Sarney, com a virada propiciada pelos dissidentes do PDS, aglutinados na Frente Liberal, ninguém do PMDB tomou iniciativa, objetivamente, para remover o "entulho autoritário". Nem mesmo as prerrogativas do Poder Legislativo foram restabelecidas — apesar do gesto de Ulysses Guim-

arães, instituindo uma comissão mista de deputados e senadores para preparar emenda constitucional a respeito. A emenda foi elaborada e, em seguida, engavetada.

Para recuperar o tempo perdido, ou o tempo de acomodação, durante o qual o PMDB fez da Constituinte sua bandeira maior de atuação político-eleitoral, o partido queria definir tudo de uma vez só, no menor espaço de tempo possível. Não deu certo. Na prática a teoria é diferente. As esquerdas não combatem mais governos militares. As esquerdas do PMDB fazem parte, agora, de um governo civil.

Nas Guerrilhas do regimento interno o PMDB deu uma guinada. No Pinga-Fogo no plenário da Constituinte a mudança também está sendo registrada. A intervenção do Exército e da Marinha nas refinarias e nos portos, por exemplo, foi defendida por vice-líderes da facção esquerdista, identificados com o Grupo pró-soberania.

Agora vai começar o jogo principal, o espetáculo que, apesar dos pesares, prende a atenção da opinião pública. Cada jogada de um a um dos constituintes será acompanhada pelo eleitorado. Nem sempre o representante segue a linha de conduta do representado. Na Constituinte, mesmo com tantos líderes, cada voto será pessoal, segundo as convicções individuais. Cada caso será um caso. A elaboração da nova Constituição será o grande teste do PMDB. De vida ou de morte.

das tropas, Sarney teria pretendido enviar um recado aos sindicalistas: a resposta do governo será na mesma proporção dos desafios que encontrar pela frente. Da mesma forma, a ação teria servido para rebater as acusações do general Medeiros: "Enganam-se os que pensarem que o presidente não pode endurecer" — justificou um assessor do Planalto. "Tanto pode como conta para isso com a adesão das Forças Armadas."

E quanto a comparações entre o momento atual e o período que antecedeu ao 31 de março de 1964, José Lourenço procurou desfazer as todas: "Destas vezes não há nenhum plano de desestabilização das Forças Armadas. Elas estão coesas em torno do presidente da República".

Desmentido

Depois de ter provocado tanto tumulto por causa de suas declarações, o general Medeiros procurou minimizar as acusações. Ontem, após uma visita de caráter profissional ao Comando do Sudeste, em São Paulo, Medeiros apressou-se a dizer que foi mal interpretado: "Falei em greves, mas o que declarei no Rio Grande do Sul não foi corretamente divulgado pelos jornais. Mas deixa isso para lá".

Perante o general Leonidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, contudo, Medeiros não deixou "isso para lá" — e se desmentiu. E o desmentido veio através de uma nota oficial do Exército: "O general Medeiros não fez qualquer tipo de crítica ao governo federal. Como a matéria poderia criar problemas para a autoridade do senhor ministro, o general Medeiros apressou-se em desmentir a notícia perante o general Leonidas a quem, somente, deve satisfações". Se confirmasse suas declarações, Medeiros estaria sujeito às punições do regimento militar, que poderia ir da mera advertência até detenção e prisão por 30 dias.

Apesar do desmentido, o general Medeiros não pôde evitar sair arranhado do episódio. Ele é o mais antigo general de Exército do quadro — e seria o virtual substituto do ministro Leonidas, em caso de se ausentar do País. Não há viagem programada, mas Leonidas dá mostras de não estar inclinado a favorecer Medeiros.

Regime parlamentar: uma proposta para adotá-lo já.

O sistema parlamentarista misto em que a Câmara não pode ser dissolvida é o preferido pelo presidente José Sarney, mas para os deputados estudiosos dos vários modelos do regime tal alternativa não seria um parlamentarismo de fato, mas uma espécie de "presidencialismo atenuado". O deputado César Cals Neto (PDS-CE), inclusive, já elaborou um projeto de resolução — com base no regimento que está para entrar em vigor — determinando que, preliminarmente, a Constituinte tome uma decisão a respeito do sistema de governo a ser adotado para então adequar as outras comissões de trabalho às suas decisões.

O senador Mário Covas (PMDB-SP) defende o parlamentarismo, mas acha que ele não pode ser implantado como solução emergencial, nem sem estarem consolidados os partidos políticos, embora considere que a situação atual é de crise e pode conduzir mais uma vez à adoção do sistema. Covas defende um parlamentarismo que qualifica de "mitigado", incorporando vantagens dos modelos alemão, francês ou italiano, adaptado às condições brasileiras, embora ainda sem poder defini-lo. "O nosso modelo parlamentarista ainda terá de ser estudado, mas eu o aproximaria do exemplo francês, com eleição direta do presidente da República", opina Covas.

Vitor Faccioni é secretário da Frente Parlamentarista Interpartidária que congrega oficialmente 120 parlamentares, mas acha que cerca de 60% dos constituintes são parlamentaristas. Ele pretende reunir o grupo para estudar um modelo adequado ao Brasil, pois existem vários projetos no Congresso — um deles do ministro Jorge Bornhausen, que não permite, como desejaria o presidente Sarney, a dissolução da Câmara. Faccioni defende o modelo alemão com a figura do chefe de Estado e do chefe do governo, mais o voto de desconfiança para a derrubada do primeiro-ministro somente quando houver sido escolhido o substituto.

O deputado Aloísio Chaves já defende o modelo francês com a manutenção de alguns poderes ao presidente eleito em pleito direto, mas lembra que o sistema não pode ser implantado no Brasil sem enfrentar problemas na manutenção da Federação, pois o papel dos municípios deve ser reavaliado. Hélio Duque (PMDB-PR) acha que a crise política e econômica vai se incumbir de levar a Constituinte à implantação do parlamentarismo, optando pessoalmente pelo modelo francês, mas com a adoção do voto distrital misto alemão.

O líder do PDS, Amaral Neto, acha que a tradição brasileira é presidencialista e o parlamentarismo só é lembrado em caráter emergencial, como agora, não podendo jamais ser consolidado como regime. Mais otimista, o deputado Milton Reis (PMDB-MG) — um presidencialista confesso — diz que só o parlamentarismo pode evitar a sucessão de crises políticas no País.